



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

## Estudo do Veto nº 4/2020

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2020

**1 dispositivos vetados**

### VETO PARCIAL APOSTO POR “CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO”

#### Autoria do projeto:

- Presidência da República

#### Relatoria na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Deputado Cacá Leão

#### Ementa do projeto de lei vetado:

"Altera a [Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019](#), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020.

#### Assunto do Veto:

Altera a LDO 2020 (Normas para aplicação do Orçamento Impositivo).

## Estudo do Veto nº 4/2020

DISPOSITIVO VETADO	ASSUNTO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
<p>04.20.001</p> <p>- § 27 do art. 60 da <a href="#">Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019</a>, com a redação dada pelo art. 1º do projeto</p> <p>As emendas de bancada classificadas com identificador de resultado primário 2 – RP 2, em caso de necessidade de limitação de empenho e pagamento, ficam sujeitas ao mesmo critério do § 19, deste artigo.</p>	<p>Critérios para Limitação de empenho e pagamento de emendas de bancada</p>	<p><b>Origem:</b> <a href="#">Parecer</a> apresentado na CMO.</p> <p><b>Justificativa:</b> Sem justificativa específica.</p>	<p>“A propositura legislativa, ao alterar os critérios das emendas de bancada classificadas com identificador de resultado primário 2 - RP2, nos casos de necessidade de limitação de empenho e pagamento, ofende o interesse público, uma vez que a proposta prejudica a rastreabilidade e transparência dos critérios utilizados para limitação de cada programação orçamentária, bem como se verifica que o estabelecimento dessa restrição adicional à limitação de empenho e pagamento eleva a rigidez orçamentária e dificulta a gestão fiscal no exercício de 2020, especialmente no tocante ao alcance da meta de resultado primário.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

**Comentado [MDdS1]:** Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o [art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal](#), o Poder Executivo federal apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 3º.

**Comentado [MDdS2]:** 1º A Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Comentado [MAP3]:** § 19. Os limites de empenho às programações classificadas com identificador de resultado constante da alínea “c” do inciso II do § 4º do art. 6º podem ser reduzidos na mesma proporção aplicável ao conjunto das despesas primárias discricionárias do Poder Executivo.